

DIREITO NOVO

RUBEM BRAGA

Foi aprovada, na Conferência de Araxá, uma tese muito interessante. Sua autoria pertence a um morto: Roberto Simonsen. Seu interesse está nisto: Simonsen não fala do ponto de vista do patrão, mas do proletário. Ele não se volta para baixo, na escala do poder econômico, não se dirige aos operários do Brasil. Ele se volta para cima, e se dirige aos donos do mundo. Sua tese é a reivindicação de um Direito Social. Não para proteger o indivíduo que trabalha contra os abusos do indivíduo que tem o capital; para proteger as nações pobres contra as nações ricas.

Não tenho em mãos o documento original de Simonsen, mas somente o parecer do relator, professor Gama e Silva, e as considerações e recomendações da comissão, que o plenário aprovou. Ali se constata que "a experiência dos anos decorridos após a Revolução Francesa comprovou que o princípio de igualdade jurídica dos indivíduos não basta, por si só, para tornar efetiva essa igualdade na prática, em vista da diversidade das situações econômicas desses mesmos indivíduos"; que "no plano internacional passa-se o mesmo fato com as nações"; que para sanar a desigualdade entre os indivíduos vem sendo adotada, por toda uma "legislação social que, dando amparo aos hipossuficientes, se não chega a corrigir de todo o mal, pelo menos o atenua grandemente"; e que "a analogia indica como corretivo, capaz de atenuar o mal também entre nações, no plano internacional, a adoção de um corpo de princípios que assegurem efetiva reciprocidade nos tratados internacionais, relativos a assuntos econômicos".

Isso seria um capítulo novo do Direito Internacional; para escrevê-lo é que se recomenda "a convocação de um grupo de juristas e economistas pá-

trios, encarregados da determinação dos princípios básicos... destinados a assegurar de modo efetivo, às nações menos desenvolvidas, uma verdadeira situação de reciprocidade, nas suas relações com as outras mais avançadas economicamente".

O grupo teria também a tarefa de "pesquisar qual o órgão capaz de dar execução a tais princípios, assim como os melhores métodos de aplicação dos mesmos".

Se esse grupo vai se reunir alguma vez eu não sei. Sua composição já é um problema sério, e não há dúvida que mais tarde ele teria de se entender com homens de outros países em fase de desenvolvimento econômico semelhante ao do nosso. Os operários, quando querem reivindicar alguma coisa junto ao patrão, devem se entender primeiro...

O caso recente do Curtume Carioca (suposição de intenção de tentativa de ameaça de possibilidade de uso do direito constitucional de greve dissolvida a tiros e pancadas) faz inevitável, por analogia, o temor de que também exista ou possa existir uma "Polícia Especial Internacional"...

De qualquer modo em nosso operário a "consciência de classe" amanheceu mais cedo que a "consciência anti-colonial" em nossos líderes políticos e econômicos. Esta só agora toma corpo. Ainda nos assustamos um pouco quando vemos o sr. Lodi nos prevenir contra "influências internacionais mais ou menos poderosas, as quais interferem prejudicialmente até mesmo com a formação de uma mentalidade, de uma opinião pública e de uma política firmemente dirigidas para diversificar, consolidar e desenvolver nossa economia interna" ou quando luta contra a nossa mania de ser um país "bonzinho" em relação ao capital estrangeiro...

Parece que ainda estamos na fase deliciosa em que mandamos ao estrangeiro, para defender nossos interesses, representantes do capital estrangeiro, ou deixamos que em nosso nome discutam com as empresas estrangeiras os seus próprios advogados...